

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S.A. - TSLE

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de março
de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Florianópolis, 01 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudio Henrique Damasceno Reis'.

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	49.073	6.208	Fornecedores e empreiteiros	10	14.213	18.266
Concessionários e Permissionários	6	12.447	12.242	Empréstimos e Financiamentos	11	36.121	37.231
Impostos a recuperar	7	436	1.036	Debentures	11	18.261	-
Estoques		9.499	8.434	Folha de pagamento		75	83
Despesas antecipadas		62	61	Impostos e contribuições a recolher		1.548	1.587
Ativo financeiro de concessão	8	30.483	30.249	Provisões contratuais	10	29.969	31.361
Outros		752	752	Taxas regulamentares	12	3.088	2.945
				Outros		84	391
Total do ativo circulante		102.752	58.982	Total do passivo circulante		103.359	91.864
Ativo financeiro de concessão	8	896.048	896.549	Empréstimos e Financiamentos	11	415.242	417.621
Cauções e depósitos vinculados	9	26.313	18.214	Debentures	11	123.229	-
Impostos a recuperar	7	221	3	Impostos diferidos	13	22.717	20.894
Despesas antecipadas		646	661	Adiantamento para aumento de capital - AFAC	14	-	171.361
Imobilizado		2.363	2.389			561.188	609.876
Total do ativo não circulante		925.591	917.816	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		379.861	280.000
Total do Ativo		1.028.343	976.798	Prejuízos Acumulados		(16.065)	(4.942)
				Total do patrimônio líquido		363.796	275.058
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.028.343	976.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional líquida	16	24.570	18.986
Custo de construção		(1.336)	(475)
Custo de operação	17	<u>(1.693)</u>	<u>(1.533)</u>
Lucro bruto		<u>21.541</u>	<u>16.978</u>
Despesas administrativas	18	<u>(1.291)</u>	<u>(1.083)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(1.291)</u>	<u>(1.083)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>20.250</u>	<u>15.895</u>
Receita financeira		2.473	1.011
Despesa financeira		<u>(32.023)</u>	<u>(15.202)</u>
Resultados financeiros líquidos	19	<u>(29.550)</u>	<u>(14.191)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(9.300)</u>	<u>1.704</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(1.823)</u>	<u>2.016</u>
Resultado do período		<u><u>(11.123)</u></u>	<u><u>3.720</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Resultado do período		<u>(11.123)</u>	<u>3.720</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>(11.123)</u></u>	<u><u>3.720</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.000	(15.803)	264.197
Resultado do período	<u>-</u>	<u>3.720</u>	<u>3.720</u>
Saldos em 31 de março de 2016	<u>280.000</u>	<u>(12.083)</u>	<u>267.917</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	280.000	(4.942)	275.058
Integralização de capital social	99.861	-	99.861
Resultado do período	<u>-</u>	<u>(11.123)</u>	<u>(11.123)</u>
Saldos em 31 de março de 2017	<u>379.861</u>	<u>(16.065)</u>	<u>363.796</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2017	31/03/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.300)	1.704
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Receita financeira	8	(23.844)	(19.244)
Receita de O & M	8	(3.178)	(2.866)
Amortização ativo financeiro	8	28.625	28.409
Depreciação		26	-
Tributos diferidos		-	2.016
Custos de captação apropriados		267	-
Juros sobre empréstimos		10.722	11.401
Juros sobre debêntures		4.847	-
		<u>8.165</u>	<u>21.420</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Concessionárias e Permissionárias		(205)	(185)
Despesas antecipadas		14	-
Impostos a recuperar		382	176
Estoques		(1.065)	(84)
		<u>(874)</u>	<u>(93)</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores e Empreiteiros		(5.445)	(518)
Impostos e Contribuições		(39)	(2.666)
Taxas regulamentares		143	355
Folha de pagamento		(8)	(5)
Outros		(307)	377
		<u>(5.656)</u>	<u>(2.457)</u>
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais		1.635	18.870
Juros sobre financiamentos pagos		(9.172)	(9.707)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais		(7.537)	9.163
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições do imobilizado		-	(224)
Cauções e depósitos vinculados		(8.099)	38
Adições ao ativo financeiro - Concessão		(1.336)	(475)
		<u>(9.435)</u>	<u>(661)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(9.435)	(661)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		151.282	-
Pagamento de custos de captação		(14.905)	-
Captação de empréstimos e Financiamentos		1.860	3.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	5.437
Devolução Adiantamento para futuro aumento de capital		(71.500)	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(6.900)	(20.703)
		<u>59.837</u>	<u>(11.766)</u>
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento		59.837	(11.766)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		42.865	(3.264)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.208	5.793
		<u>49.073</u>	<u>2.529</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 23.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 607 (R\$ 32.882 negativo em 2016), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão. Ademais, o ativo circulante registra um prazo médio de recebimento do faturamento de 25 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida, conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;
- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$ 5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses, porém a expectativa da Companhia é iniciar a operação em Novembro de 2017.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 01 de junho de 2017.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de Março de 2017 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e das demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2016, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras intermediárias, portanto, devem ser lidas em conjunto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixas e depósitos bancários à vista	33	24
Aplicações financeiras	<u>49.040</u>	<u>6.184</u>
	<u>49.073</u>	<u>6.208</u>

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

	31/03/2017	31/12/2016
IRRF sobre aplicações financeiras	303	480
Retenções s/faturamento	133	556
Outros	<u>221</u>	<u>3</u>
	<u>657</u>	<u>1.039</u>
Circulante	436	1.036
Não circulante	221	3

8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de Março de 2017 a empresa possui R\$ 151.749 (R\$ 150.413 em 31 de dezembro de 2016) como contas a receber do poder concedente, referentes ao valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados e determinados com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, e indenizáveis ao final da concessão. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante. Em 31 de março de 2017, o saldo do circulante é R\$ 30.483 e, não circulante, R\$ 744.299 (em 31 de dezembro de 2016 era de R\$30.249 no circulante e R\$746.136 no não circulante).

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial do ativo financeiro	926.798	912.246
(+) Receita de construção (Nota 16)	1.336	9.381
(+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16)	3.178	11.101
(+) Receita com ativo financeiro (Nota 16)	23.844	97.494
(-) Amortização - Receita anual permitida (RAP)	(28.625)	(115.295)
(-) <i>Impairment</i>	-	11.871
	<u>926.531</u>	<u>926.798</u>
Saldo do ativo financeiro		
Ativo financeiro amortizável - RAP (circulante)	30.483	30.249
Ativo financeiro amortizável - RAP (não circulante)	744.299	746.136
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	151.749	150.413
Circulante	30.483	30.249
Não circulante	896.048	896.549

Impairment

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 020/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado teste de impairment, o qual reverteu o montante de R\$ 11.871 contabilizado em 2015. Esta reversão ocorreu, principalmente, em virtude da redução da taxa de desconto para fluxo de caixa adotado pelas controladoras

Principais premissas adotadas

	2016
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	5,10 pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita anual permitida
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de Março de 2017 a Companhia possui o valor de R\$ 26.313 (R\$ 18.214 em 31 de dezembro 2016), referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES no montante de R\$14.899 e debêntures no montante de R\$11.414 em 31 de março de 2017.

10 Fornecedores e empreiteiros

	31/03/2017	31/12/2016
Materiais	9.744	8.611
Serviços	4.469	9.655
Provisões contratuais	29.969	31.361
	44.182	49.627
Fornecedores e empreiteiros	14.213	18.266
Provisões contratuais	29.969	31.361

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	36.121	37.231
Debêntures (b)	18.261	-
Total circulante	54.382	37.231
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	415.242	417.621
Debêntures (b)	123.229	-
Total não circulante	538.471	417.621

a. BNDES

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de Março de 2017 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$36.121 e R\$ 415.242 no passivo circulante e não circulante respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Por ocasião da renovação das cartas de fiança, foi devida a comissão de renovação, no montante de R\$10.507, liquidadas em 16/01/2017, esse montante foi registrado em despesas financeiras no trimestre findo em 31 de março de 2017.

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da Companhia de propriedade dos Acionistas.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes. Na última data de apuração, 31 de dezembro de 2016, o referido índice foi atingido;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

b. Debêntures

Data de emissão	Data da liberação	Data Vencimento	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos financeiros	Amortização
15/12/2016	12/01/2017	15/12/2030	150.000	1.000	IPCA + 7,5651% a.a.	Semestral

A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$18.261 referente a R\$19.059 de principal e R\$(798) de custos de captação. No passivo circulante possui registrado o montante de R\$123.229 referente a R\$137.070 de principal e R\$ (13.841) de custos de captação.

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em serie única, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro e 2009 e das demais disposições legais e regulamentares.

As debentures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados pelo agente Fiduciário Pentágono S.A.

Os recursos captados serão integralmente destinados as obras Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitoria, em 525 KV, e das subestações do Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitoria do Palmar, e aquisição de maquinas e equipamentos.

A Movimentação e saldo das Debêntures estão apresentados a seguir:

	Circulante		
	Encargos financeiros e custos de captação	Principal	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	-	15.791	15.791
Custos de captação	(798)	-	(798)
Encargos financeiros	3.268	-	3.268
Saldo em 31 de março de 2017	<u>2.470</u>	<u>15.791</u>	<u>18.261</u>

	Não Circulante		
	Encargos financeiros e custos de captação	Principal	Total
Liberação dos recursos em 12.01.2017	-	137.070	137.070
Custos de captação	(13.841)	-	(13.841)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(13.841)</u>	<u>137.070</u>	<u>123.229</u>

Convenants e garantias

Como garantia à primeira emissão das debêntures, os acionistas darão, em caráter irrevogável, penhor de ações em favor do agente Fiduciário, caução de direitos creditórios decorrentes da receita de prestação de serviços de transmissão e direito de receber valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à companhia, nos termos do contrato de concessão. A companhia manterá os direitos creditórios de contas vinculadas, conta centralizadora, conta reserva do BNDES, conta de pagamento das debentures e conta reserva das debentures.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalares;
- Constituir conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios;
- Constituir conta de Pagamento de Debêntures, que deverá ser preenchida ao longo do período

dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta de Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.

12 Taxas regulamentares

	31/03/2017	31/12/2016
Reserva global de reversão (RGR)	1.723	1.707
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	962	835
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>403</u>	<u>403</u>
	<u>3.088</u>	<u>2.945</u>

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Essas diferenças temporárias são oriundas da aplicação da interpretação (ICPC 01 - Contratos de Concessão), a qual gera diferenças entre o Ativo Financeiro e a base para tributação do fisco, o Ativo Imobilizado. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Imposto de renda e contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.894
(+) Imposto diferido constituído	1.823
Saldo em 31 de março de 2017	22.717

14 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia realizou a devolução para as acionistas no valor de R\$71.500 em 26 de janeiro de 2017, cada acionista recebeu o valor correspondente a sua participação, sendo R\$36.465 para acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e R\$35.035 para acionista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT. O saldo remanescente, R\$ 99.861, foi integralizado ao capital social, conforme deliberado em ata de Assembleia Geral Extraordinária em 25 de janeiro de 2017.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de Março de 2017 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2016), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 379.861 (R\$ 280.000 em 31 de dezembro de 2016), o qual é representado por 379.861.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas						
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	193.729.000	51	193.729	142.800.000	51	142.800
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	186.132.000	49	186.132	137.200.000	49	137.200
	379.861.000	100	379.861	280.000.000	100	280.000

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, em 25 de janeiro de 2017, foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 99.861, oriundo de adiantamento para futuro aumento de capital.

16 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas é apresentada abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Receita de serviços de O & M	3.178	2.866
Receita com ativo financeiro	23.844	19.244
Receita de construção	<u>1.336</u>	<u>475</u>
Receita Operacional Bruta	<u><u>28.358</u></u>	<u><u>22.585</u></u>
Dedução da receita bruta	<u>(3.788)</u>	<u>(3.599)</u>
Receita Operacional líquida	<u><u>24.570</u></u>	<u><u>18.986</u></u>

17 Custos de operação

	31/03/2017	31/03/2016
Serviços de terceiros	(1.679)	(1.486)
Indisponibilidade de equipamento	-	(36)
Associação ONS	<u>(14)</u>	<u>(11)</u>
	<u><u>(1.693)</u></u>	<u><u>(1.533)</u></u>

18 Despesas administrativas

	31/03/2017	31/03/2016
Honorários	(198)	(199)
Serviços de terceiros	(1.060)	(873)
Materiais	(5)	(9)
Depreciação	(26)	-
Outros	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
	<u><u>(1.291)</u></u>	<u><u>(1.083)</u></u>

19 Resultado financeiro líquido

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	2.356	758
Outros	117	253
	2.473	1.011
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(13.559)	(11.405)
Encargos financeiros (a)	(14.632)	(3.416)
Encargos Selic	(422)	(381)
Variação monetária debêntures	(2.523)	-
Juros de mora	(555)	-
Outros	(332)	-
	(32.023)	(15.202)
Resultado financeiro líquido	(29.550)	(14.191)

(a) Do montante total, R\$10.507 refere-se a renovação da fiança paga em virtude do contrato de empréstimo e financiamento junto ao BNDES, conforme explicado na Nota Explicativa nº 11.

20 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de março de 2017, foi de R\$ 198 (R\$ 199 em 31 de março de 2016).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

21 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016 nenhuma provisão e/ou divulgação é requerida.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	49.073	6.208
Cauções e depósitos vinculados	26.313	18.214
Concessionárias e Permissonárias	12.447	12.242
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	30.483	30.249
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	744.299	734.265
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	151.749	150.413
	<u>1.014.364</u>	<u>951.591</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(14.213)	(18.266)
Empréstimos e financiamentos	(451.363)	(454.852)
Debêntures	(141.490)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(171.361)
	<u>(607.066)</u>	<u>(644.479)</u>

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) *Operações ativas*

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(i) *Operações passivas*

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Março de 2017, a Companhia possuía R\$ 451.363 como sua dívida total indexada em TJLP e R\$ 141.490 indexada pelo IPCA. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de

sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Índices Risco	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses			Aumento despesa Financeira - 12 meses		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
Ativo								
Aplicações financeiras	49.040	CDI	13,75%	3.374	5.061	6.748	8.434	10.121
Cauções e depósitos vinculados	26.313	CDI	13,75%	1.809	2.714	3.618	4.523	5.427
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	451.363	TJLP	7,50%	16.926	25.389	33.852	42.315	50.778
Debêntures	141.490	IPCA	4,50%	3.184	4.775	6.367	7.959	9.551

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.03.2017

Integralização de capital com AFAC (a)	99.861
--	--------

- (a) A Companhia utilizou parte do adiantamento para futuro aumento de capital existente em 31 de dezembro de 2016 para integralizar ao capital social em 2017.